

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA __ VARA CÍVEL
DA COMARCA DE FORTALEZA-CE.

JUSTIÇA GRATUITA

**AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO C/C COBRANÇA
DE DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA**

**SÚMULA 33 DO STJ – A INCOMPETÊNCIA
RELATIVA NÃO PODE SER DECLARADA DE
OFÍCIO.**

JEFFERSON DA SILVA DE SOUSA, menor, brasileiro, solteiro, estudante, inscrito no RG nº 20082880900, representado por seu genitor **ANTONIO ARAUJO DE SOUSA**, brasileiro, casado, agricultor, inscrito no RG nº 193783890 e CPF nº 488.030.953-53, ambos residentes e domiciliados na Rua: João Carneiro, 15, Bairro: Fatima, CEP. 63.870-000, município de Boa Viagem-Ceará, e-mail morgania_@hotmail.com/ paulotimbo.advocacia@gmail.com, por intermédio de sua advogada, estabelecido no endereço em destaque, local indicado para receber intimações dos termos e atos processuais, constituída e qualificada na procuração anexa, vem, com subido respeito diante de Vossa Excelência, fundamentado nos artigos 319 e 46, §1º e artigo 53,III, 'b', todos do Código de Processo Civil, promover a presente **AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO C/C COBRANÇA DE DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA** contra **TOKIO MARINE SEGURADORA S/A**, inscrita no CNPJ sob nº 33.164.021/0001-00, estabelecida em Fortaleza, na Av. Antonio Sales, 3233, Dionísio Torres, CEP: 60.135-102, mediante razões de fato e de direito a seguir expostas:

1-DA JUSTIÇA GRATUITA

A parte autora, inicialmente, postula os beneplácitos da gratuidade da justiça, em razão de não dispor de condições financeiras de arcar com as despesas processuais e os honorários advocatícios iniciais, estando, tudo com base nos artigos 98 e 99 do Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015).

2-DOS FATOS

A parte autora restou permanentemente inválida em decorrência de acidente de trânsito ocorrido em **10/02/2015, resultando em perda anatômico/funcional dos membros inferiores e demais constatado**, conforme documentação CONSTANTE NO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3150/677168 em poder da Seguradora, os quais comprovam sequelas e invalidez da vítima.

Diante de tal circunstância a parte autora exerceu pleito administrativo para recebimento da indenização decorrente de sua invalidez, a título de **DPVAT** – “*Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não*”

Nos termos da legislação atual, o valor da indenização do seguro DPVAT, neste caso, é de até R\$13.500,00.

A parte autora não teve seu pleito totalmente atendido no processo administrativo nº 3150/677168, **tendo recebido apenas R\$ 1.687,50, em 18/08/2015, SEM A DEVIDA PRESTAÇÃO DE CONTAS**. Assim, não lhe resta alternativa senão o ajuizamento da presente ação, instruída apenas com a documentação ora anexada, eis que outros documentos foram juntados no procedimento administrativo e não foram devolvidos pela FENASEG – Federação Nacional das Empresas de Seguros Privado e de Capitalização, gestora do convênio DPVAT.

3-DO DIREITO

O seguro DPVAT é um seguro de caráter eminentemente social, tendo como um de seus objetivos, conferir amparo financeiro mínimo diante das necessidades das pessoas vitimadas de acidentes de trânsito que se tornam permanentemente inválidas – seja a invalidez física ou psíquica.

Como é cediço, referido amparo mínimo às vítimas inválidas é pago através de indenizações advindas de um fundo comum administrado pela FENASEG, oriundo do seguro obrigatório pago pelos proprietários de veículo automotores, e composto por inúmeras companhias seguradoras integrantes deste fundo.

Existe um convênio entre essas diversas seguradoras cuja gestão e administração cabe à FENASEG.

As ações judiciais de Cobrança de Indenizações de DPVAT podem ser movidas contra qualquer uma das seguradoras integrantes do referido convênio, *in verbis*:

“SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COBRANÇA. ACIDENTE OCORRIDO EM 06 DE NOVEMBRO DE 2010. APLICAÇÃO DA LEI Nº 11.482, DE 31 DE MAIO DE 2007. EXIGÊNCIA DE PRÉVIO INGRESSO NA VIA ADMINISTRATIVA. DESNECESSIDADE. LEGITIMIDADE PASSIVA RECONHECIDA. POSSIBILIDADE DE AJUIZAMENTO DA AÇÃO EM FACE DE QUALQUER SEGURADORA CONSORCIADA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

REDUZIDOS. HONORÁRIOS DO PERITO MANTIDOS. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.” (TJ-SP - APL: 00102840820118260576 SP 0010284-08.2011.8.26.0576, Relator: Nestor Duarte, Data de Julgamento: 06/05/2013, 34ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 09/05/2013)

Nos termos da legislação atual, o valor da indenização do seguro DPVAT, neste caso, é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), do qual não concorda, pelo fato de estar “congelado”, de maneira unilateral, e SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DA SUSEP, desde janeiro de 2007.

Assim, merece a Importância Segurada – I.S. – ser ajustada anualmente, pelo menos, na média de 10% ao ano.

Ante o exposto, legítimo o direito do requerente em pleitear a indenização em função da sua invalidez permanente decorrente de acidente de trânsito.

3.1-DOS FATOS NARRADOS E DOCUMENTOS APRESENTADOS

Vale destacar que os fatos narrados na inicial e toda documentação apresentada são de inteira responsabilidade do autor, isentando seu procurador de qualquer ônus, penalidade ou responsabilidade, conforme declarado – vide declaração anexa.

Tal fato, simplesmente porque o causídico não prepara/elabora documentos, nem realiza processo administrativo e muito menos presencia o sinistro! A documentação lhe é entregue para realizar a Cobrança Judicial.

3.2-DO PAGAMENTO ADMINISTRATIVO FEITO A MENOR E DA EXISTÊNCIA DE CRÉDITO EM FAVOR DA VÍTIMA

A Seguradora realizou pagamento a menor, reconhecendo a invalidez da vítima, em regular processo administrativo, retendo toda documentação.

Acontece que, até o momento, a Seguradora não informou ou demonstrou a liquidação do valor pago a menor, SEM PRESTAR CONTAS.

Deste modo, a fim de não ser prejudicado o Direito do Autor, merece ser realizada perícia na Vítima, às custas da Seguradora, a fim de se liquidar o correto valor da indenização a ser paga à Vítima.

O Perito deverá ser nomeado por Vossa Excelência e, intimadas as partes para apresentarem seus Assistentes e respectivos quesitos.

3.3-DO VALOR DO CRÉDITO EM FAVOR DO AUTOR:

A atual legislação especifica os valores correspondentes a cada membro do corpo humano, senão vejamos:

I.S. – IMPORTÂNCIA SEGURADA =	R\$13.500,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100% = R\$ 13.500,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	70% = R\$9.450,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	50% = R\$ 6.750,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	

Assim, a(s) lesão(ões) do autor, equivale(m) ao crédito de R\$13.500,00; considerando o pagamento a menor no valor R\$1.687,50 resta um crédito de R\$11.812,50, além de juros, atualização monetária e honorários sucumbenciais.

3.4-DA SUPENSÃO DA SEGURADORA PROMOVIDA, TOKIO MARINE SEGUROS S/A, EM OPERAR NO CONSÓRCIO DE SEGURO DPVAT = INTELIGÊNCIA DO ART. 11 DE LEI Nº 6.194/74

Por fim, por entender que a recusa da Seguradora Ré não pode ser admitida *elevando em conta o disposto no art. 11 de referida Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe que "terá suspensa a autorização para operar no seguro obrigatório de que trata o artigo 2º, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação específica, a Sociedade Seguradora que infringir as disposições desta lei"*.

Esse já é o entendimento de alguns magistrados:

EM ASSIM SENDO, é que julgo PROCEDENTE o pedido formulado à Exordial e, por via de consequência, CONDENO e DETERMINO o pagamento, pela Promovida, da diferença entre o valor já pago ao(à) Autor(a), referente ao seguro obrigatório (DPVAT) e o fixado em lei para o caso concreto - desvinculado do salário mínimo -, ressaltando a esta, todavia, o direito de Ação Regressiva contra a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A. CONDENO, mais, a Promovida, ao pagamento dos juros de mora legais, a contar da citação, no percentual de 10% (um por cento) ao mês, a teor do disposto no

artigo 406 do CC vigente, combinado com o artigo 161, § 1º, do CTN. Custas devidas ao Estado do Ceará, ainda não pagas -, pela Promovida, que deverá, após o trânsito ser intimada para satisfazê-las, no máximo prazo de dez (10) dias, sob pena de, em assim não o fazendo, ver seu nome enviado para inscrição à dívida ativa. Quanto aos honorários, é de se reconhecer que se trata de ação meramente repetitiva e que já está de todo pacificada, fazendo com que exista, em verdade, pouquíssimo esforço do(s) douto(s) patrono(s) da parte autora -, razão pela qual os fixo no percentual de 1% (um por cento) sobre o valor da condenação. **Por fim, por entender que a recusa da Seguradora Ré não pode ser admitida e levando em conta o disposto no art. 11 de referida Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe que "terá suspensa a autorização para operar no seguro obrigatório de que trata o artigo 2º, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação específica, a Sociedade Seguradora que infringir as disposições desta lei", determino a expedição de ofício, após o trânsito em julgado, ao Conselho Nacional de Seguros Privados, para a apuração das responsabilidades legais. P. R. I. , atentando a Secretaria para o pedido de intimação exclusiva, à pag./fl. 42 existente, em nome de ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS, OAB-PE 22.718. Fortaleza/CE, 04 de agosto de 2014. Josias Menescal Lima de Oliveira Juiz de Direito – Processo n.º 0505351-66.2011.8.06.0001**

3.5-DA INEXISTÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS PELA SEGURADORA – DAS CONDIÇÕES IMPOSTAS PELA SEGURADORA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO – DA COACÃO E VÍCIO IMPOSTOS CONTRA A VÍTIMA/AUTOR:

As seguradoras que participam do Consórcio de Seguros DPVAT, impõe exigências, em sede de processo administrativo, que muito prejudicam as vítimas; elas impõem e exigem a entrega dos documentos originais (referentes ao acidente) sem qualquer protocolo; exigem o envio dos dados bancários da vítima, para que ela efetue pagamento de qualquer valor, SEM PRESTAR CONTAS COM A VÍTIMA; ainda na via administrativa, exigem a realização de perícia médica e depois, na via judicial, alegam a inexistência de perícia médica.

Essas são algumas das imposições feitas pelas seguradoras em desfavor das vítimas, no procedimento administrativo.

Além de a Ré conter em seu poder documentos imprescindíveis ao deslinde da lide, sobretudo por se tratar de documentos comuns às partes, acarretando na exibição obrigatória conforme dispõe os artigos 396 e 399, III, ambos do Código de Processo Civil, *in verbis*:

"Art. 396. O juiz pode ordenar que a parte exiba documento ou coisa, que se ache em seu poder."

"Art. 399. O juiz não admitirá a recusa:

III - se o documento, por seu conteúdo, for comum às partes."

Desta forma, por existir documentos comuns em poder da Ré, a presente medida é totalmente cabível, tendo o autor o direito de ver todo o conteúdo existente nele, e ainda, a necessidade de instruir o feito com os documentos que tendem, tão somente, a Constituir Prova.

Por tais razões, se torna indispensável à exibição em juízo de cópia do processo administrativo, sob pena de pagamento de multa diária.

4. DA CORREÇÃO MONETÁRIA E DOS JUROS DE MORA

No que tange à **CORREÇÃO MONETÁRIA**, deve esta incidir a partir **do evento danoso**:

0002081-35.2009.8.19.0087 - APELACAO - 1ª Ementa

DES. SIDNEY HARTUNG - Julgamento: **12/01/2010 - QUARTA CAMARA CIVEL – TJ/RJ**

APELAÇÃO CÍVEL - COBRANÇA - DPVAT- PRESCRIÇÃO - INOCORRÊNCIA - Valor mínimo legal estipulado em salários mínimos. - Validade. - Lei nº 6194/74. - O valor da cobertura do Seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, assim fixados consoante critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei nº 6194/74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária. Tendo sido comprovado, pela parte autora, que seu filho faleceu vitimado por acidente de trânsito, é devido o pagamento de seguro obrigatório (DPVAT). A estipulação de indenização a ser paga com base no salário mínimo não se confunde com índice de reajuste. Questão pacificada. Súmula nº 88 do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Fato anterior à vigência da Medida Provisória nº 340/2006, convertida na Lei nº 11.482/2007. Indenização máxima estipulada pela redação então vigente do artigo 3º, b, da Lei nº 6.194/74, anterior à Lei nº 11.482/07, no valor de 40 salários-mínimos. - Efeito translativo dos recursos a permitir a reforma da sentença para estabelecer o **termo inicial da correção monetária a partir da data do evento danoso. Direito adquirido à correção monetária devida.** Aplicação do art.557, do CPC. NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO DO APELANTE, corrigindo-se, de ofício, o erro material constante da r. sentença recorrida, tão-somente para fixar o termo inicial da **correção monetária a partir da data do evento danoso.**

O Superior Tribunal de Justiça emitiu a **Súmula 43**, *in verbis*:

“Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo.”

O STJ decidiu, extinguindo qualquer dúvida que a atualização monetária deve incidir desde a data do sinistro:

REsp 1483620 / SC - RECURSO ESPECIAL 2014/0245497-6 ; RelatorMinistro PAULO DE TARSO SANSEVERINO (1144) - **Órgão Julgador: S2 - SEGUNDA SEÇÃO**; Data do Julgamento: 27/05/2015 - **Data da Publicação/Fonte: DJe 02/06/2015**

Ementa

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. CIVIL. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. TERMO 'A QUO'. DATA DO EVENTO DANOSO. ART. 543-C DO CPC.

1. Polêmica em torno da forma de atualização monetária das indenizações previstas no art. 3º da Lei 6.194/74, com redação dada pela Medida Provisória n. 340/2006,

convertida na Lei 11.482/07, em face da omissão legislativa acerca da incidência de correção monetária.

2. Controvérsia em torno da existência de omissão legislativa ou de silêncio eloquente da lei.

3. Manifestação expressa do STF, ao analisar a ausência de menção ao direito de correção monetária no art. 3º da Lei nº 6.194/74, com a redação da Lei nº 11.482/2007, no sentido da inexistência de inconstitucionalidade por omissão (ADI 4.350/DF).

4. **Para os fins do art. 543-C do CPC: A incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6194/74, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso.**

5. Aplicação da tese ao caso concreto para estabelecer como termo inicial da correção monetária a data do evento danoso.

6. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

Com relação aos **JUROS DE MORA**, **estes devem ser contados desde a citação, CONFORME SÚMULA 426 DO STJ**, sendo aplicado conforme previsão legal.

Conforme Súmula 426, do STJ, *in verbis*:

“Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

Ante o exposto, deve incidir a correção monetária a partir da data do efetivo prejuízo e juros de 1,0% a.m., a partir da citação.

5- DOS REQUERIMENTOS

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência:

a) A concessão dos benefícios da justiça gratuita, em razão de não dispor de condições financeiras de arcar com as despesas processuais e os honorários advocatícios iniciais, estando, tudo com base nos artigos 98 e 99 do Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), conforme declaração anexa;

b) A citação e intimação da requerida, por via postal e com Aviso de Recebimento, para apresentar RESPOSTA e NO MESMO ATO, **EXIBIR CÓPIA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO, sob pena de multa diária de R\$500,00 (quinhentos reais), SOB PENA REVELIA E DE PRECLUSÃO;**

c) que seja realizada perícia médica no Autor, através de médico Perito Judicial do Tribunal de Justiça do Ceará ou da rede pública da comarca de residência do Requerente ou, através da CENTRAL DE CONCILIAÇÃO DO FÓRUM e, intimadas as partes para apresentarem seus Assistentes e respectivos quesitos;

d) por estar a Importância Segurada “congelada” desde 01/01/2007 e que o prêmio sofre alterações anuais (o que não é admitido pelo Decreto-Lei nº 67/73), seja aplicada correção monetária aos R\$13.500,00, na média de 10% ao ano, conforme índices do Governo IGPM ou INPC, desde a entrada em vigor da lei nº 11.482/07;

e) Assim, a(s) lesão(ões) do autor, equivale(m) ao crédito de R\$13.500,00; considerando o pagamento a menor no valor R\$1.687,50 resta um crédito de R\$11.812,50, além de juros, atualização monetária e honorários sucumbenciais;

f) após a realização da perícia médica judicial e liquidado o crédito do Autor, requer a V. Excia que determine o pagamento da diferença existente entre o valor pago a menor e o valor proporcional à seqüela conforme SÚMULA DO STJ;

g) Confirmadas as seqüelas e créditos existentes em favor do Autor, requer a procedência da demanda, para condenar a seguradora-ré ao pagamento dos pedidos acima requeridos, com incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e atualização monetária (IGPM) a contar da data do acidente, e custas processuais, não devendo recair sobre a parte autora quaisquer ônus sucumbenciais, por se tratarem de pedidos sucessivos e ser beneficiária da justiça gratuita, conforme o CPC;

h) Considerando a irregularidade da Lei nº11.482/07 que, ao reduzir a I.S. para R\$13.500,00, mantém esse 'teto' congelado até a presente data, requer, em caso de alteração ou correção ou elevação da importância segurada e/ou da cobertura securitária, seja declarado o direito do Autor em cobrar e receber eventual diferença, futuramente.

i) seja decretada a **SUPENSÃO DA SEGURADORA PROMOVIDA, TOKIO MARINE SEGUROS S/A, EM OPERAR NO CONSÓRCIO DE SEGURO DPVAT = INTELIGÊNCIA DO ART. 11 DE LEI Nº 6.194/74;**

j) A condenação da seguradora-ré ao ônus da sucumbência, com fixação de honorários advocatícios de 20% sobre o valor final e atualizado da condenação.

Protesta provar o alegado por todos os meios admitidos em direito, notadamente, **EXIBIÇÃO DE CÓPIA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO (pela seguradora)**, juntada posterior de documentos e perícia médica, depoimento pessoal do diretor da Promovida, a fim de se confirmar a existência de créditos em favor do Autor.

Atribui-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), para meros efeitos fiscais.

Termos em que,
Pede deferimento,

Fortaleza, 11 de agosto de 2016.

PAULO RICARDO MARINHO TIMBÓ
OAB/CE 15.285

MORGANIA MISTURINI CHAVES ARARIPE
OAB/CE 33.884

ANA FABRICIA DE OLIVEIRA
OAB/CE 34.929